

# Batalha indígena está vindo à tona

SOB PRESSÃO

**A REDUÇÃO DA ÁREA DE RAPOSA/SERRA DO SOL, EM RORAIMA, É APENAS UMA DAS QUESTÕES ENVOLVIDAS, COM REFLEXOS NOS CONFLITOS ENTRE ÍNDIOS, FAZENDEIROS E MORADORES. A MUDANÇA TERIA SIDO USADA COMO MOEDA DE TROCA EM VOTAÇÕES NO CONGRESSO**

ROSELI GARCIA  
SUCURSAL DE BRASÍLIA

**U**ma guerra sobre a questão indígena está sendo travada nos bastidores do Congresso Nacional e envolve a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias de irregularidades na Funai, a redução da área indígena de Raposa/Serra do Sol, em Roraima, e a votação do Estatuto das Sociedades Indígenas, que está engavetado na direção da mesa da Câmara dos Deputados desde 1994. Às vésperas de comemorar os 500 anos de descobrimento do Brasil e, claro, também dos índios, o governo federal está tentando negociar as questões.

Pressionado por representantes de fazendeiros e mineradoras, o ministro da Justiça, Renan Calheiros, discute a redução do território de Raposa/Serra do Sol. Pela portaria declaratória - divulgada com toda pompa pelo Palácio do Planalto em 10 de dezembro de 1998 - a reserva teria 1,6 milhão de hectares em área contínua no Nordeste de Roraima. Mas a assessoria do Ministério da Justiça garantiu, na sexta-feira, que as áreas de produção (fazendas) e municípios serão preservados.

**CONFLITOS**

Essa mudança significa a chamada demarcação em ilhas e a continuidade, segundo o Conselho Indi-

genista Missionário (Cimi), dos conflitos entre índios, fazendeiros e moradores dos municípios. "O ministério está fazendo os acertos finais para a 'correção' da portaria e as lideranças indígenas concordam com elas", disse o assessor de Comunicação do ministério, Weiler Diniz. Ele informou que está prevista uma audiência do ministro com o deputado Antônio Feijão (PSDB-AP) - um dos defensores da CPI da Funai - para tratar do assunto na terça-feira.

"As lideranças indígenas não concordam com a demarcação em ilhas. O grupo de índios que defende a mudança recebe DAS (salário pago pelo poder público a funcionário comissionado) do governo

Euzivaldo Queiroz



CONVERSA Rohnelt e CPI da Funai

federal", denunciou o assessor da Cimi, Paulo Maldos. A informação sobre os salários pagos pelo governo foi passada a Maldos pelos parentes dos índios.

A única razão para a mudança da portaria é que a demarcação da reserva foi usada como moeda de troca em votações no Congresso, acusou o líder governista. "O governo agora terá que pagar a conta".

**CHANTAGEM**

Segundo o Cimi, o deputado Elton Rohnelt (PFL-RR), um dos autores da CPI da Funai e vice-líder do governo na Câmara, teria feito uma chantagem pública ao presidente da Funai, Márcio Lacerda - durante audiência no Congresso: "O ministério muda a portaria para demarcação de Raposa/Serra do Sul em ilhas e a gente retira o requerimento da CPI da Funai".

O parlamentar nega que esteja usando a CPI da Funai para pressionar o governo a mudar a demarcação da terra indígena. "Na conversa sobre a CPI, a reserva sequer foi citada", afirmou Rohnelt. Ele conversou com o ministro na quarta-feira. Calheiros disse a ele que a instalação da comissão de inquérito para investigar irregularidades na Funai seria um tiro no pé, principalmente porque o deputado é vice-líder do Governo. Após essa conversa, Rohnelt afirmou que a Câmara não tem como fugir à instalação da CPI. A comissão está aguardando a indicação dos integrantes pelos líderes dos partidos.

## Cimi não crê em erro técnico

O Ministério da Justiça considera um erro técnico a publicação da portaria, que prevê demarcação de área contínua em Raposa/Serra do Sol. A preservação das áreas de produção e dos municípios foi assegurada pelo ministro Renan Calheiros a um grupo de deputados, incluindo Antônio Feijão, e lideranças indígenas durante audiência no ministério, antes da votação da cobrança dos inativos e pensionistas, informou a assessoria de Comunicação.

Mas devido à redação do técnico, a portaria foi publicada errada. "Essa história de erro não é verda-

deira, foi anunciada em 10 de dezembro - Dia Mundial de Direitos Humanos - numa concorrida solenidade no Palácio do Planalto, onde não faltaram lideranças indígenas de Raposa/Serra do Sol, do Vale do Javari e de outros grupos", lembra o indigenista.

Uma delegação de tuxauas, com representantes do Conselho Indigenista de Roraima, do Instituto Sócio-Ambiental (ISA), do Cimi e da OAB, tem uma audiência com Renan Calheiros, na quinta-feira, para discutir a questão da reserva. A um representante do Conselho Federal da OAB, o ministro admi-

tiu que a realidade local será respeitada, com a preservação dos municípios e das estradas. Ele excluiu as fazendas.

Até a semana passada, o governo estava anunciando a homologação da reserva - destinada a cerca de 12 mil índios Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana e Pemom - para 19 de abril, quando se comemora o Dia do Índio. "Mas com essa mudança, isso é impossível", afirma Maldos. Em sua opinião, a demarcação da Raposa/Serra do Sol é simples, porque tem apenas 28 quilômetros de linha seca. O resto é rio e fronteira.

# 'Tiroteio' entre deputados

O estatuto do índio provocou uma troca de tiros entre os deputados Antônio Feijão (PSDB-AP) e Luciano Pizzatto (PFL-PR), relator da proposta que está parada na Câmara desde 1993. O Estado Maior das Forças Armadas está impedindo a votação do estatuto porque o relator rejeitou 86 emendas. "Tanto o projeto que está tramitando no Congresso quanto a nova versão que o governo federal está elaborando são ruins", dispara o tucano.

Pizzatto responde que o deputado está mal informado e sequer conhece o relatório. "Os pedidos da Forças Armadas são apenas três e se referem basicamente a acesso livre às áreas indígenas, por questões de segurança nacional. O que me parece óbvio", retruca o relator. Ele explica que o Estatuto das Sociedades Indígenas não foi encaminhado ao Senado porque o então ministro Nelson Jobim discordava de alguns pontos.

O relatório de Pizzatto foi aprovado por unanimidade na comissão e seria encaminhado ao Senado. Mas o líder do governo na época, o então deputado Arthur da Távola, apresentou um recurso para que o projeto fosse votado pelo plenário. Esse recurso não foi votado. Segundo o relator, haveria necessidade de negociar 20% do estatuto. Essa negociação seria mais fácil no Senado, porque envolve um número menor de parlamentares.

Às vésperas dos 500 anos do Brasil e pressionado por deputados que defendem os índios, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), ensaia uma retomada da votação do projeto. A votação do recurso após 20 sessões despertou a atenção dos críticos do estatuto. Segundo Antônio Feijão, as regras propostas criam um Estado dentro do Estado. "Os índios poderão apreender um caminhão que trafegar dentro da reserva e prender o motorista", exemplifica.

## MONOPÓLIO

O processo de demarcação continua monopolizado pelos antropólogos e indígenas. Feijão propõe que as demarcações sejam autorizadas por decreto legislativo do Congresso Nacional. O estatuto ainda mantém o indígena com a sua pior característica acrescenta: a inimizabilidade (o índio não pode ser responsabilizado por seus crimes). Pizzatto diz que não é bem assim. Eles serão tratados de formas diferente de acordo com o grau de cultura em relação à regra dos brancos. "Um índio que se elege prefeito de um município, por exemplo, poderá ser processado por corrupção. Outro que vive numa aldeia onde a bigamia é permitida não poderá ser processado por ter mais de uma mulher".

Pizzatto reconhece, no entanto, que um estudo do governo prevê mudança em 80 pontos do estatuto.



to. O relator explica que 60% se referem a basicamente problemas de redação do texto. Para o restante será necessário muita negociação do governo, ambientalistas e representantes de agricultores, madeireiros e mineradoras, que estão de olho nas riquezas das reservas. Feijão defende que o projeto seja votado rapidamente para evitar uma clima emocional às vésperas das comemorações de 500 anos do Brasil, em 21 de abril do próximo ano.

AC